Reforma Tributária

Análise da LC nº 214/2025

www.ferreiraadvocacia.com.br

INFORMATIVO VI

Artigos 58 a 62

Em continuidade à análise da LC 214/2025, examinaremos, nesta semana, os artigos 58 a 62, que tratam da operacionalização do IBS e da CBS e encerram a parte geral da Lei Complementar.

De forma que haja mais simplicidade na apuração e pagamento dos tributos, será implementado um sistema único para a gestão do IBS e da CBS, de forma conjunta entre o Comitê Gestor e a RFB – sem que isso cause prejuízo às respectivas competências.

Sobre a competência de cada entidade federativa, é importante observar que, conforme prescreve o artigo 156-A da Constituição Federal, o IBS terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvada Lei de cada ente federativo que fixará sua alíquota própria.

Todos os Contribuintes deverão utilizar esse sistema único para acompanhar e realizar o pagamento de suas obrigações fiscais. O sistema disponibilizará um canal de atendimento para solução de problemas

operacionais (suporte).

Para utilização desse sistema, será obrigatório o cadastro do Contribuinte, com identificação única. O cadastro utilizará o próprio CPF e o CNPJ das pessoas sujeitas ao IBS e à CBS e terá integração obrigatória e tempestiva, como os sistemas atuais, devendo os registros cadastrais serem mantidos atualizados.

Quanto à obrigação de emissão de documento fiscal eletrônico, é prescrito que todos sujeitos ao IBS e à CBS deverão emitir o documento fiscal nas vendas de bens, nas prestações de serviços, inclusive nas operações de exportação e importação.

A obrigatoriedade de emissão de documentos fiscais eletrônicos aplica-se a todas as operações, mesmo as isentas, imunes ou com alíquota zero.

Nota-se que, para o cumprimento dessa disposição, haverá a necessidade de adequação dos sistemas hoje utilizados para inclusão dos novos tributos.

Reforma Tributária

Análise da LC nº 214/2025

www.ferreiraadvocacia.com.br

É importante ressaltar que a obrigatoriedade da emissão de documentos fiscais eletrônicos não tem apenas caráter informativo, mas também declaratório, implicando que os valores indicados serão considerados confissão de dívida tributária. Portanto, os valores informados terão impacto direto na apuração e na conformidade fiscal do Contribuinte.

A partir de 1º de janeiro de 2026, os Municípios e o Distrito Federal terão a responsabilidade de autorizar a emissão da NFS-e no ambiente nacional, além de compartilhar o conteúdo. Sendo assim, dependendo da localidade, isso poderá afetar a forma como as empresas emitem suas notas fiscais de serviços.

O Comitê Gestor e a RFB poderão instituir programas de incentivo à cidadania fiscal.

Ferreira e Ferreira Advocacia está à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.